

ACTA Nº08/2008

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A DEZANOVE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO. -----

-----Aos dezanove dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e oito, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no cine-teatro municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 09 de Dezembro do ano de dois mil e oito**, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" – (grelha A) -----

-----**01.01** – Apreciação e votação da acta nº07/2008 referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 2008.11.06; -----

-----**01.02** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----02- ORDEM DO DIA -----

----- **02.01** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa aos *Documentos Previsionais para o ano económico de 2009 – Orçamento; Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2009/2012* – (grelha B); -----

----- **02.02** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal relativo à *Delegação de Competências por parte da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia – 2009* – (grelha A); -----

- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa à *Lei das Finanças Locais – IRS* – (grelha A); -----
- **02.04** – Apreciação e votação do pedido de autorização da câmara municipal para proceder à execução dos trabalhos, por administração directa, relativos à *Beneficiação da Rede Viária – Caminho Municipal 1001 – Estrada da Freiria, Espite* – (grelha A); -----
- **02.05** – Apreciação e votação do pedido camarário relativo à emissão de *Declaração de Interesse Público Municipal de ampliação da pedreira propriedade da firma Eduardo Marques & Rosa, Limitada* – (grelha A); -----
- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao processo de *Geminações – Ourém - S. Paulo-Brasil* – (grelha A); -----
- **02.07** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à *geminação de Fátima com as cidades de Loreto (Itália), Lourdes (França), Mariazell (Áustria) e Altötting (Alemanha)* – (grelha A); -----
- **02.08** – Eleição de *quatro Representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém* – (grelha A); -----
- **02.09** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à *alteração da Sede e dos Estatutos da VEROURÉM – Gestão de Equipamentos Sociais e Desportivos, E.E.M.* – (grelha A); -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa à *alteração simplificada ao Plano de Urbanização de Fátima (PUF)* – (grelha A); -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa à *contratação de um empréstimo a curto prazo – Tesouraria 2009* – (grelha A). -----
- **ORDEM DE TRABALHOS (ADITAMENTO):** -----
- **02- ORDEM DO DIA** -----
- **02.12** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à criação da *Divisão de Apoio Jurídico, na directa dependência do Departamento de Administração e Planeamento;* -----

-----**02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao *IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis 2009*; -----

-----**02.14** – Apreciação e votação da proposta de *Estatutos da AMLEI – Área Metropolitana de Leiria (adaptação à Lei 45/2008, de 27 de Agosto)*; -----

-----**02.15** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para *isentar a Ambiourém – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, E.E.M. do pagamento do IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis*; -----

-----**02.16** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à *alteração do Pacto Social do Centro de Negócios de Ourém, Lda*; -----

-----**02.17** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal relativo à *isenção de taxas decorrentes de um processo de licenciamento de obras particulares do CRIF – Centro de Recuperação Infantil de Fátima*; -----

-----**02.18** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino Coelho Pereira; -----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Ribeiro Gameiro; -----

-----Avelino da Conceição Subtil; -----

-----Constantino da Graça Lopes; -----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Elias Dias da Silva; -----

-----Francisco Caetano; -----

-----Francisco Gonçalo Nunes André; -----

-----Humberto Luís Ferraz Antunes; -----

- Joana Luísa Abreu de Figueiredo; -----
- João Pereira Trezentos; -----
- Joaquim dos Reis Gonçalves; -----
- José Augusto Dias dos Reis; -----
- José Custódio Ribeiro Faria;-----
- José da Silva Pereira; -----
- José Ferreira Vieira;-----
- José Maria do Padre Castelino e Alvim; -----
- José Maria Henriques de Sousa; -----
- Luís de Sousa e Silva; -----
- Manuel Lourenço Dias;-----
- Manuel Rodrigues Antunes;-----
- Manuel Tavares Lopes; -----
- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
- Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----
- Mário João de Oliveira Santos; -----
- Natálio de Oliveira Reis; -----
- Nelson Carlos Lino Lopes; -----
- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----
- Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----
- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
- Carina João Reis Oliveira; -----
- João Carlos Gameiro Rodrigues. -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas catorze horas e cinquenta minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo

oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

----- Senhor Presidente da Câmara: -----

----- David Pereira Catarino. -----

----- Senhor Vereador em regime de permanência: -----

----- Armando Ferreira Neto; -----

----- João Manuel Moura Rodrigues; -----

----- Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

----- José de Oliveira Fernandes; -----

----- José Manuel Pereira Alho; -----

----- Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal prestou as seguintes informações: -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se substituir os Presidente de Junta de Freguesia, senhores: -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Gondemaria, senhora **Ana Maria Pio Abreu de Sousa e Silva**, fez-se representar pelo Secretário da citada junta de freguesia, senhor **Acácio Manuel Oliveira Marques**; -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, senhor **Pedro Miguel Fonseca Janeiro**, fez-se representar pelo Secretário da citada junta de freguesia, senhora **Emília da Silva Simões**. -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de

Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

-----**Rui Pedro Marto Pereira**, eleito na lista do Partido Popular – CDS/PP foi substituído pelo senhor **Nuno Miguel Neves dos Prazeres**; -----

-----**Sérgio José Ferreira Ribeiro**, eleito na lista do Partido Comunista Português – CDU foi substituído pela senhora **Margarida Gomes Poeta**. -----

-----O membro da Assembleia Municipal, senhor **Jorge Manuel Reis Heleno**, eleito nas listas do Partido Social Democrata – PPD/PSD solicitou renúncia de mandato, tendo sido convocado, para tomar posse, o senhor **Hélder António Vieira Alves**, que, por motivos profissionais, não pode comparecer a fim de tomar posse do cargo de membro da Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, e antes de passar ao ponto um da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário relativamente à existência de uma matéria, remetida pelo Executivo Municipal, que não integrando a Ordem de Trabalhos, pode ser agendada caso mereça acolhimento nos termos do artigo octogésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, dado tratar-se de uma sessão ordinária e urgir a sua discussão, a saber: -----

----- **Audição dos Agentes Económicos e Sociais Locais.** -----

-----Face ao exposto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste órgão deliberativo, se tinham alguma objecção relativamente a esta proposta, tendo sido dado o respectivo consentimento. -

----- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu esta proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, constituindo-se assim o ponto 02.18 da Ordem de Trabalhos.** -----

-----De seguida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----**01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA Nº07/2008 REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 2008.11.06. -----**

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Aberto o período de inscrições e não se registando qualquer pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções, dada a ausência na sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

----- Ofício da Junta de Freguesia de Fátima, datado de vinte e quatro de Outubro, do ano em curso, dando conhecimento da sua discordância face à proposta de encerramento do nó da auto-estrada – A1 em Fátima, no âmbito da construção do IC9; -----

----- Ofício da Assembleia Municipal de Sesimbra, datado de vinte e oito de Outubro, do ano em curso, remetendo informação diversa sobre a Conferência Nacional – As Escolas Conde Ferreira, marco histórico da instrução em Portugal; -----

----- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de três de Novembro, do corrente ano, remetendo cópia do seu parecer sobre a proposta de lei do Orçamento de Estado de dois mil e nove, e bem assim do documento relativo ao QREN – ponto da situação/Outubro de 2008; -----

-----Ofício do gabinete da Deputada Luísa Mesquita, datado de seis de Novembro, do ano em curso, remetendo cópia das respostas do Ministério das Obras Públicas, Transportes e

Comunicações e a pergunta formula pela Deputada sobre o Decreto-Lei 58/2008 que põe em causa o transporte público ferroviário; -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- Neste momento entrou o membro da Assembleia Municipal, senhor Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Apresentamos a V.Exas. os nossos cordiais cumprimentos, em nome pessoal e também em nome do executivo municipal aqui presente. -----

Nos termos da lei, passamos a informar este magno órgão deliberativo municipal da actividade do município, com plena consciência de que o fazemos no termo de um ciclo. -----

Vamos iniciar o último ano de um mandato autárquico particularmente difícil. -----

Nos três anos decorridos, apesar das dificuldades, continuámos a fazer obra e a criar melhores condições de vida para a população que em nós confiou. -----

Referiremos a seguir cada um dos objectivos da actividade municipal, no que de essencial se fez e nas perspectivas para o futuro próximo. -----

A política nacional de controle do défice público penalizou gravemente o município de Ourém. - Os governantes conduziram o país a uma tal situação que, agora sem a fobia do défice, parece ser por todos aceite que, em 2009, serão visíveis medidas concretas para relançar a actividade económica. -----

As medidas anunciadas sobre o sector financeiro e finalmente o arranque do QREN fazem-nos acreditar que o último ano do mandato autárquico será o início de mais um período de importantes investimentos, também no nosso concelho. -----

O Município preparou-se para esse desafio e os documentos de gestão previsional que são submetidos à apreciação deste órgão demonstram claramente a ambição de continuarmos a dotar o concelho das condições que todos ambicionamos. -----

Vamos referir pois cada um dos objectivos da actividade municipal. -----

1. EDUCAÇÃO -----

Além de algumas intervenções de menor relevância em estabelecimentos escolares como pequenas obras e substituição de mobiliário, construímos no presente mandato três novos jardins de infância. -----

As freguesias de Atouguia, Cercal e Gondemaria ficaram com instalações modernas e perfeitamente adequadas às necessidades da população existente. -----

Ainda no domínio da educação, importa referir o grande investimento feito na rede de transportes para permitir a todas as crianças o acesso às refeições e diversas actividades de enriquecimento curricular, quer nas instalações escolares quer nas piscinas ou pavilhões municipais. -----

Vai agora iniciar-se o grande desafio da construção dos centros escolares, nos quais é ainda necessário estabelecer algumas prioridades que se estabeleceram pelos núcleos em que a capacidade instalada não responde às crescentes necessidades. -----

Ainda na área da educação, podemos informar que se prevê para breve a conclusão das negociações com a Direcção Regional de Educação sobre a transferência de competências respeitantes aos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. -----

Além destas preocupações, temos procurado intervir também na qualificação dos recursos humanos, em outras áreas, nomeadamente através da INSIGNARE e da APEFF. -----

2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

Além de uma actividade cultural intensa, promovida pelo município ou pelas diversas associações que apoiamos financeiramente, com transportes e com disponibilização de equipamentos municipais, podemos referir que, um pouco por todo o concelho, existem instalações para actividades culturais. -----

Algumas carências existem ainda que vamos procurando resolver. -----

Também ao nível desportivo, o concelho tem uma actividade rica que procuramos apoiar. -----

Este apoio é feito através de transportes e da disponibilização de uma rede de equipamentos bastante importante. -----

Os objectivos próximos na conclusão desta rede de equipamentos são a construção de um pavilhão desportivo em Olival que tem já financiamento assegurado e a qualificação do parque desportivo de Caxarias. -----

Através de parceria público-privada já em fase de constituição, está assegurado o investimento em equipamentos desportivos nas cidades de Fátima e Ourém. -----

Não conseguimos ainda, no que diz respeito ao património, iniciar a intervenção na capela de S. Sebastião. -----

Continuamos os estudos necessários e a procura de mais terreno na envolvente, de forma a darmos ao imóvel a aptidão turística que merece. -----

No passado dia 8 de Dezembro, pudemos assistir na capela da Conceição, na freguesia de Olival, ao acto solene que assinalou a recuperação do valiosíssimo património ali existente. ----

A Câmara apoiou técnica e financeiramente aquela intervenção que, assim o esperamos, deverá ser continuada com uma intervenção no exterior que corrija os vários erros cometidos. -

No passado dia 27 de Novembro fomos visitados pelo Sr. Director Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo. -----

Em reunião que decorreu nos Paços do Concelho para a qual convidámos também algumas associações, falámos da actividade que desenvolvemos a diversos níveis e dos nossos objectivos de investimento, nomeadamente o Centro Cultural de Fátima, a construir no local onde está a escola de Lombo d'Égua e a Biblioteca Municipal, a instalar no antigo Hospital de Santo Agostinho. -----

Os projectos estão em elaboração e estão a ser agendadas reuniões com os técnicos do Ministério da Cultura, para assegurar o apoio necessário. -----

O financiamento da Centro Cultural de Fátima está assegurado através do QREN (contratualização já assinada). -----

Está também assegurado o financiamento para a requalificação do Cine-teatro municipal. -----

3. ACÇÃO SOCIAL -----

Finalmente estão a arrancar os investimentos do Programa Pares que, no concelho, apoia cinco IPSS. -----

A Câmara Municipal apoia estes investimentos com o montante de 1.132.000,00 Euros (dois dos investimentos incluem obras municipais que totalizam 819.000,00 Euros). -----

Também o problema das instalações para as crianças e jovens da Casa da Criança do Olival está em vias de resolução, através de uma jovem IPSS do concelho. A Câmara comprometeu-se com um apoio de cerca de 40.000,00 Euros para projectos e obras de adaptação. A administração central aprovou um apoio de 125.000,00 Euros. -----

4. SAÚDE -----

Relativamente a este objectivo, o empenhamento municipal continua a ser a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados. -----

Pensamos que, no âmbito da parceria público-privada vamos alcançar esse objectivo. -----

Tudo o resto, neste sector, é da competência da administração central cuja acção tem sido desastrosa. -----

A Câmara construiu instalações para o Centro de Saúde de Freixianda. -----

Queremos fazer o mesmo para Caxarias e os serviços do Ministério da Saúde, em lugar de nos auxiliarem, são mais um problema. -----

Curiosamente, o Sr Deputado António Gameiro, na Assembleia da República, em lugar de questionar a acção do governo sobre esta e outras matérias, conforme voto que lhe foi conferido, vai fazer perguntas sobre a gestão municipal. -----

Nunca se viu tanta demagogia e tanta conversa. Obras ... -----

5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Neste objectivo, a Câmara Municipal tem tido duas importantes frentes de trabalho: a elaboração de diversos instrumentos de gestão territorial e a qualificação/requalificação dos espaços urbanos. -----

O esforço da elaboração dos planos vai continuar, de forma a dotar alguns aglomerados de planos de urbanização, a conseguir espaços para localização industrial e a corrigir alguns constrangimentos do Plano Director Municipal. -----

Por outro lado, vai assistir-se à grande intervenção de requalificação urbana de Fátima, concluído que esteja o Plano de Pormenor, certamente no primeiro semestre de 2009. -----

Estamos confiantes de que a candidatura que apresentámos ao Programa das Parcerias para a Regeneração Urbana vai ser aprovada, viabilizando financeiramente as intervenções na Av. D. José Alves Correia da Silva, na estrada de Minde cujo concurso arranca logo que o projecto esteja concluído (a muito curto prazo), e na estrada que liga à igreja paroquial. -----

Ao nível da iluminação pública, temos estado a fazer o levantamento das necessidades de todas as freguesias, de forma a fazer as intervenções que são razoáveis. -----

É necessário não esquecer o elevadíssimo custo que é suportado pelo município em iluminação pública. -----

A iluminação da Cidade Velha foi já reformulada e retirados os cabos aéreos. -----

6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

Como se sabe, o Município tem já construídas as soluções de tratamento de esgotos. -----

É agora necessário fazer grandes investimentos em redes de saneamento. -----

Aguardamos elementos em estudo na empresa Águas de Portugal para que os órgãos municipais possam fazer uma opção de fundo sobre o modelo de gestão. -----

No nosso entender, o Município vai ter que escolher entre integrar a empresa com o Grupo Águas de Portugal, com outros municípios e em posição minoritária (e com um tarifário que nos falta conhecer) ou delegar este serviço na empresa municipal Ambiorém que deverá, mediante concurso, escolher um parceiro privado minoritário. -----

Um outro problema grave que temos para resolver é a sustentabilidade da recolha e tratamento de resíduos sólidos. -----

Sendo a cobrança indexada aos consumos de água e havendo alguns milhares de fogos que não estão ligados à rede, faltam-nos mecanismos eficazes para conseguir a ligação que é obrigatória e para cobrar as taxas e tarifas àqueles que não estão ligados ao sistema. -----

Já colocámos o problema ao governo e ao IRAR, mas, quanto a soluções, nada. Só compreensão, mas o Município de Ourém não se governa com compreensão. Enquanto isto se passa, o Sr Deputado faz outras perguntas ... -----

7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Temos trabalhado no apoio às corporações de bombeiros, quer no que diz respeito ao funcionamento, quer no que diz respeito ao investimento. -----

A Câmara deliberou recentemente vender, pelo preço unitário simbólico de um Euro, uma carrinha usada para transporte de doentes, a cada uma das corporações de bombeiros. -----

No âmbito do Plano de Acção do Médio Tejo contratualizado no passado dia 16 de Dezembro, está assegurado financiamento para a criação da central única de atendimento do Serviço Municipal de Protecção Civil. -----

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

No âmbito do abastecimento de água ao concelho, está em curso um importante plano de investimentos destinado a melhorar a qualidade e eficiência dos diferentes sistemas. -----

Na próxima sessão da Assembleia Municipal, vamos promover uma apresentação dos sistemas e do plano de investimento por parte da empresa concessionária, se V.Exas. concordarem. -----

Com importância para o desenvolvimento turístico do concelho, apraz-nos informar que estão em curso importantes intervenções no Agroal e na antiga Casa do Administrador. -----

No passado dia 11 de Outubro, visitámos o Agroal com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tomar, com o objectivo de o sensibilizarmos para a necessidade de requalificação da margem direita do rio. Aguardamos decisões por parte daquele município. -----

Também através do Plano de Acção do Médio Tejo, está assegurado o financiamento para a intervenção no castelo. -----

No próximo ano, em 4, 5 e 6 de Junho, vamos realizar em Fátima dois importantes congressos internacionais sobre turismo religioso. -----

Estamos muito empenhados e esse é um objectivo para o futuro próximo em profissionalizar a promoção de eventos. -----

Temos hoje espaços adequados para diversas realizações. É necessário encontrar novas formas de dar importância ao que é imaterial e pode ser elemento de dinamização da actividade económica. -----

Para além de tudo o que está concretizado e em vias de concretização, outras parcerias têm sido estudadas, sem que haja ainda resultados concretos. -----

Referimo-nos nomeadamente à parceria para o Centro de Congressos de Fátima. -----

9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

Além das intervenções na rede viária vicinal das freguesias, temos continuado a requalificação da rede viária municipal. -----

As mais recentes intervenções foram nas freguesias de Cercal e de Nossa Senhora da Piedade. Estamos agora na freguesia de Olival. -----

Também se têm feito diversas intervenções em obras de arte. -----

Contamos, no ano 2009, poder dar novo impulso aos programas negociados com as Juntas de Freguesia, se as condições financeiras o permitirem. -----

Quanto às vias municipais, as próximas intervenções deverão ser para concluir as obras de Alburitel-Fungalvaz e beneficiar as estradas Alburitel-Seiça, Espite-Matas e Matas-Ramila. -----

Por empreitada e com financiamento do QREN, em 2009 será beneficiada a Estrada Nacional 113-1, entre a Olaia e Estremadouro. -----

10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

Este objectivo é transversal a toda a actividade municipal. -----

Achamos que a defesa do meio ambiente deve estar sempre presente nas diversas intervenções do município. -----

11. FREGUESIAS -----

Em resultado de uma intervenção recente, a única freguesia que não tinha instalações com um mínimo de condições viu a sua situação resolvida. Referimo-nos à freguesia do Cercal. -----

Tem-se mantido o apoio às freguesias com equipamentos municipais e celebraram-se protocolos para manutenção da rede viária. -----

Também se continua a prestar apoio em obras relacionadas com cemitérios e casas mortuárias. -----

Durante o ano 2009, deverá aprofundar-se o apoio às Juntas de Freguesia, sobretudo através da delegação de competências. -----

12. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

A qualidade dos serviços municipais está em muito dependente da qualidade dos seus diversos recursos, humanos e técnicos. -----

De entre os meios técnicos, as instalações são certamente da maior relevância. -----

Por isso, o grande esforço que o Município de Ourém tem feito para ter instalações e meios técnicos adequados deve ser continuado. -----

Começámos por resolver a situação mais premente que era o estaleiro municipal e estamos agora a concluir o edifício para os diversos serviços. -----

Além disso, as novas tecnologias de informação e comunicação têm sido também uma aposta forte. -----

Exemplo disso é a recente criação do GEOPORTAL que ainda deverá conhecer alguns aperfeiçoamentos. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Esta é a informação que entendemos mais relevante. -----

Ficamos à disposição de V.Exas. para os esclarecimentos que queiram colocar-nos e formulamos a todos votos de Boas Festas.” -----

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos – (vide processo devidamente arquivado): -----

----- Situação económica e financeira da autarquia em 30 de Novembro de 2008; -----

----- Relação de processos judiciais; -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: -----

- relativamente ao Requerimento que apresentou na Assembleia da República sobre a «*evolução do endividamento líquido do município de Ourém*» referiu tratar-se de um documento “politicamente incómodo”, conforme disse, porém, sentiu necessidade de o fazer, uma vez que, em Junho do ano transacto, três deputados do Partido Social Democrata, colocaram a mesma questão, sem que houvesse qualquer alarido sobre o documento apresentado. -----

Referiu ainda que, em resposta ao citado Requerimento, o Governo informou de que o município tem uma “endividamento em excesso de quatro milhões e cinquenta mil euros”; -----

- quanto ao ofício remetido pela senhora Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias relativamente ao terreno da antiga Casa do Povo para edificar o multiusos de Caxarias, informou de que procedeu às devidas diligências, agendando uma audiência com o senhor Secretário de Estado do Tesouro, tendo sido informado de que bastava aguardar pelo deferimento da ARS - LVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; -----

- no que respeita ao facto de ter sido publicado num jornal de que tinha afirmado que “havia despesas sem cabimento” referiu tratar-se de uma questão e não de uma afirmação porém, conforme afirmou, e como é do conhecimento geral, nos termos da Lei das Finanças Locais, não pode haver cabimentação da despesa se não houver dinheiro. Além disso, conforme disse,

o Orçamento tem reflectido uma “extrapolação da receita” caso não se consiga cumprir com a despesa; -----

- no que concerne à Informação apresentada, manifestou o seu acordo face à possibilidade de vir a ser instalado um Posto da GNR – Guarda Nacional Republicana, em Caxarias; -----

- por fim, questionou acerca da abertura, ou não, de concurso às verbas do QREN para as Comunidades Médicas Móveis a fim de prestarem apoio médico ao domicílio por todo o concelho. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou o seguinte: --

- relativamente ao primeiro comentário, referiu que o Governo havia informado a Câmara Municipal, tendo esta apresentado uma contestação que até ao momento não mereceu resposta; -----

- no que respeita ao terceiro ponto referiu que o lançamento de uma obra implica a respectiva cabimentação logo que a mesma seja adjudicada; -----

- quanto ao Posto da Guarda Nacional Republicana em Caxarias, referiu que o concelho deveria estar sob o comando de uma única força de segurança, sendo necessários mais vinte agentes que conjuntamente com os outros vinte já pertencentes à Guarda Nacional Republicana, patrulhariam todo o concelho; -----

- no que se refere às Comunidades Médicas Móveis disse desconhecer este concurso. -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: -----

- no ponto cinco da Informação prestada, concordou com a ideia de que viver fora das grandes cidades é uma mais valia para grande parte da população do concelho, porém, para que esse entendimento não passe de mera virtualidade, urge diligenciar para que as pessoa sejam autorizadas a construir no campo, em locais previamente definidos; -----

- no que respeita ao ponto nove da Informação, questionou se estavam previstas obras na estrada trezentos e cinquenta e seis, pois, caso se venha a verificar algum tipo de intervenção, seria importante a colocação de passeios dentro das localidades. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara informou o seguinte: -----

- relativamente à primeira questão, informou de que estão a ser tomadas diligências no sentido de ser assinado um protocolo com uma Universidade portuguesa a fim de se proceder à revisão do Plano Director Municipal, mas, entretanto, e para agilizar procedimentos, virá a este órgão um conjunto de propostas que legalmente podem ser resolvidas somente pela Câmara e Assembleia Municipal, pois são alterações que não implicam nem com a CCDR nem com o Governo; -----

- quanto à estrada trezentos e cinquenta e seis, a Câmara Municipal tem o projecto de requalificação praticamente concluído. -----

= **MANUEL RODRIGUES ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Matas, pretendeu saber se as obras a implementar na estrada que liga a Cruz de São João ao Cubal foram esquecidas, uma vez que não estão inscritas no Orçamento. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que estas obras não estão esquecidas, procedendo-se ao asfaltamento assim que haja verba para isso. -

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA**, relativamente ao ponto doze da Informação prestada, sugeriu que o GEOPORTAL deveria conter informação concreta e pormenorizada sobre o nosso concelho pois, conforme afirmou, ao consultar a referida página, constatou algumas lacunas na informação disponibilizada sobre Ourém. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu o reparo, pois, conforme afirmou, desconhecia a existência de lacunas, sendo necessário proceder à respectiva rectificação, o quanto antes. -----

= **ELIAS DIAS DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, pretendeu saber para quando está previsto o asfaltamento da estrada Alburitel – Fungalvaz, atendendo a que foi uma obra anunciada para o primeiro semestre do ano em curso. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara disse que, no momento, não poderia apontar nenhuma data para a realização da citada obra. -----

----- De seguida, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOSÉ MARIA HENRIQUES DE SOUSA** apresentou os seguintes documentos: -----

Voto de pesar: “É com enorme pesar e consternação que todos fomos surpreendido com a notícia do falecimento, no passado dia 15/12/2008 de Mariano Coelho dos Reis, fundador e sócio gerente do Grupo Transportes Coelho Mariano. -----

Este grande Homem nascido a 05/06/1954, toda a sua vida lutou com toda a sua força, coragem e determinação para alcançar os seus objectivos ligados à actividade económica, tendo daí resultado o grande Grupo Coelho Mariano. -----

Mariano Coelho dos Reis foi desde sempre um Homem dedicado ao trabalho e à família, amigo de ajudar tudo e todos, sem olhar a meios, não esperando nada em troca. -----

Com o desaparecimento deste Homem fica o Concelho também mais pobre deixando o seu nome para sempre ligado ao altruísmo. -----

O grupo parlamentar do PSD propõe por isso um voto de pesar a esta ilustre figura ourensense.”

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio em homenagem ao senhor Mariano Coelho dos Reis.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

Declaração: “No passado dia 08 de Dezembro inauguraram-se as obras de restauro da capela da Imaculada Conceição, na freguesia do Olival. -----

Sem dúvida que este foi um dia recheado de grande importância para o património histórico-arquitectónico da nossa freguesia e do Concelho de Ourém pois estamos a falar de um monumento datado do século XVI. -----

À semelhança do que aconteceu com a recuperação da antiga Igreja da sede de Freguesia, também não teria sido possível o restauro do altar-mor e dos frescos do tecto na Capela da Conceição se não fosse o precioso apoio da Câmara Municipal de Ourém. -----

Além da contribuição importantíssima foi a do Instituto de Gestão do património Arquitectónico e Arqueológico, IP, entidade que acompanhou as obras desde o primeiro instante. -----

Lamento apenas, que tão importante e solene momento para a freguesia, tenha sido manchado por dois erros de protocolo: -----

O primeiro foi o facto de não ter sido enviado convite ao Sr. Deputado Mário Albuquerque, tendo apenas sido convidado o Sr. Deputado António Gameiro. Penso que, em igualdade de circunstâncias e sendo ambos ilustres representantes do Concelho de Ourém no Parlamento, o convite deveria ter sido dirigido aos dois e, inclusivamente, à Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, Dr.^a Deolinda Simões. -----

O segundo lapso refere-se ao aparecimento de uma fotografia de um cidadão da freguesia do Olival num boletim distribuído aquando da inauguração da Capela. Até aqui tudo bem, não fosse o facto do cidadão ter colocado no referido boletim apenas a sua fotografia, - fardado de militar -, esquecendo-se de todos os restantes elementos que integraram e integram a Comissão da Capela e que, tal como ele, muito lutaram para que a mesma fosse restaurada. -- A Câmara Municipal deve orgulhar-se do trabalho desenvolvido e que constitui um imponente legado histórico.” -----

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS** apresentou os seguintes documentos: -----

Voto de louvor: “A Bancada Parlamentar do PSD não podia ficar indiferente perante a trágica perda que foi para a freguesia de Fátima e para o concelho de Ourém, o falecimento do Professor António Lopes, no dia 14 de Dezembro. Nascido em 12 de Agosto de 1943, em Torres Novas, veio para Fátima dirigir o recém-criado Centro de Estudos de Fátima que pretendia, na altura, responder aos anseios de formação dos Seminaristas. Homem dinâmico, a ele se deve o crescimento desta instituição, que foi e é responsável pela formação de muita da juventude deste nosso concelho. Em conjunto com o Padre Pereira, transformaram um sonho em realidade, criando o Centro de Recuperação Infantil de Fátima, destinado a acolher e a dignificar a vida a jovens deficientes. Empenhou-se também na vida associativa da freguesia, fazendo por várias vezes parte dos corpos sociais do Centro Desportivo de Fátima, tendo sido

Presidente da Direcção durante alguns anos. A nível político, foi durante quatro anos deputado municipal. -----

Muito lhe devem também as associações da Freguesia já que sempre esteve disponível para as ajudar nos seus eventos, quer através da cedência de transportes, quer mesmo pela cedência das instalações do CEF. A própria Junta de Freguesia também lhe deve a recente disponibilidade das instalações para uma Escola de Ucrrianos, que funciona ao sábado. -----

É por tudo isto e por muito mais que poderíamos acrescentar, que o PSD local, propõe um voto de louvor, reconhecendo o seu empenhado esforço e dedicação em prol do serviço público do nosso concelho.” -----

----- Submetido a votação do plenário, foi este voto aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio em homenagem ao Professor António Lopes. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

Voto de pesar: “António Alexandre Vieira dos Santos -----

Nasceu na aldeia de Cabiçalva na freguesia de Nossa Senhora da piedade em 06/08/1923. ----

Pelo casamento fixou residência em Pêras Ruivas. -----

Emigra para França no ano de 1961 aí permanecendo até 1970. Durante esse período acolheu e ajudou os seus compatriotas que o procuraram, no tratamento da legalização e obtenção de trabalho. -----

Regressado a Portugal cria uma indústria de madeira que ao longo dos anos foi crescendo. ----

Fez parte da Associação de Agricultores e Produtores Florestais do Norte Ribatejo; da Associação Nacional das Industrias de Madeira – Porto. -----

Foi sócio fundador do «Centro Cultural e Recreativo de Pêras Ruivas». -----

Empenhou-se com entusiasmo nas várias obras realizadas na terra que elegeu como sua, na construção do salão e da igreja, a sua última iniciativa foi o restauro da fonte pública de Pêras Ruivas. -----

Faleceu a 21 de Novembro de 2008. -----

Pêras Ruivas e Ourém perderam um grande Dirigente associativo e um Empresário de sucesso assim como um bom Chefe de família. -----

O Grupo Parlamentar do PSD propõe por isso um voto de pesar a esta ilustre Figura ourense.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio em homenagem ao senhor António Alexandre Vieira dos Santos.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

= **SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES** apresentou a seguinte declaração: “Decorreu, de 30 de Setembro a 16 de Outubro, o Fórum de Bem-Estar organizado pela Câmara Municipal de Ourém. -----

Com esta iniciativa, pretendia-se homenagear a população idosa do Concelho de Ourém, a quem devemos todo o respeito e solidariedade, afinal, foram eles que fizeram deste Município a terra próspera que é hoje. -----

Um conjunto de actividades foram desenvolvidas, nomeadamente, conferências, uma eucaristia, lanches, actividades desportivas, rastreio a doenças, visita ao Museu da Vida de Cristo, ateliers, interacção com as crianças e até uma matiné na discoteca Kayene para desenferujar. -----

No final, o balanço não poderia ser mais positivo. Os idosos aderiram a todas as actividades sempre com um sorriso no rosto o que é sinal de que se divertiram e de que deram o seu aval à iniciativa. -----

Sem dúvida que, a Câmara Municipal de Ourém contribuiu para a felicidade dos mais velhos a quem prestamos aqui, uma vez mais, a nossa homenagem e a quem desejamos votos sinceros de um Santo Natal e de um 2009 cheio de paz e saúde. -----

Assim sendo, entendemos que a Edilidade deve orgulhar-se da realização do Fórum de Bem-Estar e que esta é, indubitavelmente, uma aposta ganha.” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES** apresentou a seguinte declaração: “No arranque do ano lectivo em curso, verificou-se algum descontentamento, por parte de alguns

pais dos alunos a frequentarem o mesmo, no que se refere ao preço estabelecido para os transportes escolares e acompanhamento de refeições. -----

Nós mesmo, fizemos sentir esse descontentamento ao Sr. Vereador do pelouro da educação, na altura, Dr. Vítor Frazão, o qual logo manifestou disponibilidade para repensar o assunto e eventualmente corrigir a situação. -----

Alguns dias depois, e neste mesmo local, durante a penúltima assembleia municipal, alguns encarregados de educação, aqui vieram fazer ouvir a sua voz, pese embora algumas palavras mais «acaloradas», mas, não raro, comportamento gera comportamento. Mas, o importante era a substância de menos a forma. -----

A Câmara ouviu, reflectiu e decidiu. -----

Fê-lo, reunindo uma equipe para repensar todos os custos, e decidiu tendo sobretudo em mente as preocupações manifestadas e as dificuldades das famílias. -----

Os custos terão de ser suportados por alguém, no caso, a Câmara suporta parte deles. -----

Também devemos ter em conta que, não era matéria fácil, pois a Câmara tinha acabado de adquirir vários autocarros e tinha também de equacionar todos esses custos, que ela própria, também deveria ter alguma dificuldade em encontrar o ponto de equilíbrio. -----

Na verdade, e é isto o mais importante, trabalhou para encontrar uma solução que se veio a verificar a contento. Suprimiu na sua totalidade o pagamento de alguns transportes, tornando-os gratuitos, estabeleceu um valor mais baixo para outros e ainda tornou a assistência/acompanhamento das refeições à hora do almoço. -----

Registamos, por isso, com muito agrado a abertura e o acompanhamento, que outro não se esperava, por parte da Câmara na resolução deste assunto.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “TRÊS ANOS DE MANDATO, TRÊS ANOS PERDIDOS! – Senhora Presidente, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Estimados Órgãos de Comunicação Social, -----

Estimado público, -----
 Nesta quadra natalícia e de festa, gostaríamos de desejar a todas e a todos, bem como a todas as famílias um excelente Natal e um Feliz e Próspero ano de 2009, repleto dos mais sinceros votos de saúde, bem-estar e paz! -----

Disse o ano passado que *«Nesta quadra, em que também se comemora o nascimento do homem novo, daquele que é capaz de deixar para trás as questões menores e valorizar o que é fundamental para uma existência humana com dignidade, protegida pelas regras da paz e do entendimento, pelos valores do humanismo cristão e progressista, ou seja, pelo sentimento que deveremos viver de verdade, deixamos um apelo ao valor da esperança!»*. -----

Neste sentido, poderíamos abordar este tempo de análise política e financeira dizendo mal de tudo e de todos. Não o faremos. Embora, não se entenda bem que a Dr.^a Manuela Ferreira Leite tenha vindo a Fátima reivindicar o pagamento das dívidas do Estado aos fornecedores e, não tenha tido palavra para os seus companheiros locais, dada a informação oficial de cerca de 31 Milhões de euros de dívida consolidada de médio e longo prazo e cerca de pelo menos 11 milhões de dívidas a terceiros, da responsabilidade integral da actual maioria. -----

E, caros colegas Deputados, ilustres amigos, dizemos com sinceridade, em ano de eleições percebemos bem a informação e a decisão municipal de não trazer a esta Assembleia Municipal a proposta de recorrer ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas dos Municípios, porque e muito bem como afirmam os serviços do Município, isso acarretaria a declaração política de uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira. -----

Todavia, o Senhor Vice-Presidente, em recente entrevista a um órgão de comunicação social, reivindicou que no próximo mandato, se ganhasse as eleições, a sua grande prioridade seria o saneamento financeiro do município. -----

Ou seja, bem prega frei Tomás! É nesse sentido, que faz caminho a ideia de que a actual maioria não tem solução para resolver a maioria dos problemas do concelho, porque não fez bem os trabalhos de casa. Foi por isso, que um movimento político inédito no nosso concelho, levou a actual maioria a duplicar verbas para limpeza de valetas e bermas a transferir para as

Juntas de Freguesia. E, nós desejávamos tanto que estas questões não tivessem que vir a transitar para o próximo mandato! -----

Por outro lado, senhores Deputados, ao contrário de algumas vozes querem fazer querer, não é lícito que em 2009, o Município de Ourém não venha a ser penalizado em quase 5 milhões de euros por ter em 2007 ultrapassado os limites de endividamento previstos na Lei. Em resposta a vários Requerimentos de Deputados da Assembleia da República, o Governo responde que está em fase decisão, dado que o nosso município apresentou um défice de cerca de 12 milhões de euros. -----

Em suma, senhor Presidente, V. Exa. despede-se, hoje, num até já! Gostávamos neste momento, em que era fácil por a ênfase só nos erros, de deixar para próxima oportunidade uma fiscalização mais detalhada das marcas que deixou e das que não teve possibilidade ou arte de concretizar. Pensamos, sinceramente, que se mais não realizou, foi porque de facto a equipa, sempre foi incapaz de acompanhar o seu ritmo, querer e abnegação. Sim abnegação ao trabalho, porque isso ninguém lhe pode negar. -----

Disse, um dia destes que eram 19 anos de autarca. Achamos que V. Exa. É de uma geração de autarcas, que já não se repetirá. Todavia, Senhor Presidente, reconhecemos-lhe diversas qualidades políticas, combatividade, civilidade e elevado sentido das suas responsabilidades, embora, aqui e ali, muitas vezes lhe tenha sido difícil optar por maior auscultação e ponderação das soluções que encontrou ou não para os problemas do nosso Concelho. -----

É tempo de ponderação, reflexão e trabalho. Muito trabalho. A si, também o esperam funções exigentes, para as quais desejamos as maiores felicidades! -----

Aos ourenses desejamos um Bom Natal e votos de Boas Festas em segurança e em defesa de uma maior consciência rodoviária de todos! -----

Os Deputados do PS" -----

= **MÁRIO JOÃO DE OLIVEIRA SANTOS** apresentou o seguinte documento: "Temos vindo nas últimas semanas a constatar sucessivos cortes no abastecimento de energia eléctrica em variadas zonas do nosso concelho. -----

Todos temos presente na memória as décadas de 80 e 90, até à construção da sub-estação de Ourém, quando eram aterradores os invernos ou dias mais chuvosos de qualquer época do ano. -----

Eram muitas as avarias, as linhas eram de muito má qualidade, mas faziam-se esforços dramáticos para, sem desprimor pelas restantes localidades, pelo menos Ourém e Fátima não estarem muito tempo sem energia. -----

Hoje estamos de volta a essa época, o que pensávamos ser impossível. Tivemos por várias vezes no último mês, a cidade de Ourém 2 ou 3 horas consecutivas sem energia. Alguma avaria existe, e parece-nos que não estará debelada e voltará a aparecer entretanto. Estas avarias, com os contínuos abanões e variações de corrente, originam avarias em todos os aparelhos eléctricos, principalmente informático. -----

Mas o mais grave da questão, além da falta da dita energia, é a demora em aparecer alguém. Antes a EDP tinha nomes, tinha rostos e sabíamos onde bater para altura crítica. Hoje é o abandono total. Ligamos para um número impessoal que prevê a reparação dentro de 30 minutos... ou então, mais normal, é não se conseguir qualquer ligação. -----

De onde vem quem vem arranjar a avaria? Já tivemos funcionários da EDP, empreiteiros da região... e agora? Não que isso tenha interesse, se víssemos as coisa a melhorarem, mas, afinal, com a procura do lucro a todo o custo, abandonam-se as populações, despreza-se a clientela. -----

Por isto, e porque a EDP não é mais que uma concessionária da Câmara Municipal, com a qual tem contrato de exploração do concelho, vimos propor que saia desta Assembleia um comunicado para a própria EDP, manifestando o desagrado desta Assembleia perante este voltar a tempos idos, de escuridão e falta de qualidade do serviço. Peço também à Câmara Municipal que procure ter contacto directo com alguém responsável da EDP, uma vez que todos nós nesta sala sabemos como funciona o atendimento em dias de avarias.” -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES** expôs o seguinte: “O grupo parlamentar do CDS junta-se aos grupos parlamentares do PSD e PS nos votos de pesar aos referidos cidadãos deste município. -----

Sou um dos muitos que beneficiou das boas actividades do Prof. Lopes, meu Director no meu tempo liceal. -----

Um bem haja.” -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o seguinte documento: “Senhoras e Senhores Deputados -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Vereadores -----

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia -----

Ex.mo Público -----

Meios de comunicação social -----

Neste final de ano, gostaria de vos dirigir algumas palavras sinceras amigas. -----

Mais um ano passou e com ele muitas alegrias, muitas tristezas, muitas frustrações e algumas vitórias. Alguns dos nossos sonhos, dos nossos projectos, realizaram-se, mas também muitos ficaram por concretizar. Mas, o que seria a nossa Vida, se já tudo estivesse feito? Seria uma verdadeira dor de cabeça, olhar uns para os outros, e nada haver a comentar, a debater, a contrapor. Felizmente que tal não acontece. Vivemos num mundo em que todos nós somos necessários. -----

Desde a criança ao idoso, desde o jovem ao adulto, todos nós, sem exclusão de ninguém, somos necessários e mal daquele que se julga a mais ou a menos neste Todo a que o ser humano pertence. Ditador, marginal, incompreendido, infeliz será com toda a certeza. -----

Nesta linha de pensamento e porque desejo para todos – o ser feliz, gostaria de trocar convosco algumas palavras. Pedir-vos-ia para não verem nelas o querer dar lições de moral. De forma alguma o faria. Não tenho capacidade nem autoridade para tal. Vejam só em mim alguém que gosta demais de Ourém e das suas gentes e que, por tal, se preocupa com a sua vida, com o seu sentir. -----

Sendo assim, e só pelo que acabei de referir é que eu me atrevo a fazer um apelo, neste caso muito específico à classe política dirigente do nosso concelho na qual me incluo com muito orgulho. Aproxima-se um ano de confronto de ideias, de lutas político-partidárias. Para as

várias eleições vão-se esgrimir um sem número de palavras, atitudes, acções... é aqui que eu peço algo a todos. Saibamos pôr acima de todas as nossas ideias político-partidárias, os interesses do nosso concelho. A palavra Ourém deve ser sagrada para todos nós. Façamos o possível e o impossível para a dignificar e não achincalhar. -----

Unamos esforços para colmatar as falhas existentes no nosso quintal. Não desanimemos. Nos quintais dos vizinhos elas também existem e por vezes bem mais graves. Preocupemo-nos sim arranjar soluções, estratégias para ajudar a curar a doença. Tenhamos o discernimento e a sensatez para não escolher remédios que não só não curam como ainda avivam mais a dor. Para que recorrer, como por exemplo a S. Bento se no quintal deste Santo os problemas tem um grau de dificuldade tão exageradamente grave que há quem diga que há dias ouviu a voz do sábio Sócrates sussurrar a S. Bento «S. Bento amigo, só sei que nada sei» como te ajudar a resolver os problemas que os teus funcionários me estão a dar. Calcula, por exemplo, que até já houve alguém que propôs não haver tomadas de decisão à sexta-feira porque isso põe em causa o poder ir para a neve no fim-de-semana. Pondo de lado a ironia, deixemo-nos S. Bento em paz, sejamos solidários. -----

E, porque estamos no Natal e o espírito natalício nos convida a ser mais fraternos, mais solidários, interiorizemos este convite, sejam mais empenhados, mais criativos na apresentação de soluções, de sugestões, de projectos de linhas orientadoras para que Ourém seja um concelho onde os nossos jovens se sintam bem, onde sintam que há alicerces para construir um futuro sólido, um futuro risonho. -----

É na pluralidade que se pode fazer opções. Em democracia, todos têm direito a expressar o seu pensamento e a defender a sua causa, no entanto, é fundamental fazê-lo respeitando a Liberdade. Palavra que implica o respeito pelo ser humano. Sem recurso à difamação, à mentira e a outras estratégias menos dignas, vamos todos pôr ao serviço de Ourém a nossa disponibilidade, a nossa inteligência, a nossa criatividade sejam combativos por Ourém e não, contra Ourém. -----

Estou certa de que do conjugar do verbo querer e do verbo crer, muito contribuirá para que Ourém seja um concelho onde o nosso Passado se sinta compensado do muito suor com que

regou as terras de Ourém, onde o Futuro perceba que está a ser acompanhado na sua formação, na sua educação, na sua preparação para o Amanhã, e onde o Presente se sinta realizado porque está a fazer a ponte entre Passado e Futuro com bases sólidas, com bases seguras. -----

É por tudo isto que estamos aqui, e deve ser por tudo isto, que devemos dar as mãos. Para tal é só querer e crer. -----

A todos desejo Boas Festas e que 2009 nos ajude a consolidar a certeza de que estamos a cumprir o nosso dever por acreditar. -----

Obrigada.” -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009 – ORÇAMENTO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2009/2012 – (GRELHA B). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil setecentos e dez, datado de onze de Dezembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia nove daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar, em suporte digital – CD, dos documentos acima referenciados que, para melhor análise e apreciação, por parte do plenário, foram previamente facultados a todos os seus membros constituintes – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- A fim de facultar ao plenário um conhecimento mais pormenorizado e resumido relativamente à matéria em análise, foi elaborada uma projecção em tela – (vide processo devidamente arquivado) – a qual foi comentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, apresentou o seguinte documento: “Exma. Sra. Presidente d Assembleia Municipal, Srs. Secretários; Sr. Presidente da Câmara; Srs. Vereadores; Srs. Deputados; Comunicação Social e Público Presente: -----

Gostaria de começar por, em nome dos Presidentes de Junta do PSD, manifestar a nossa satisfação de neste orçamento vir contemplado o reforço das verbas para as Freguesias. Era uma reivindicação nossa de há muito tempo para que nos fossem atribuídas as verbas que nos tinham sido sonegadas. Assim, se criticámos na devida altura esse corte, também agradecemos e louvamos a decisão do Sr. Presidente da Câmara de contemplar neste orçamento um reforço das verbas para as Juntas. Quantas vezes os Municípios não se dirigem às Juntas de Freguesia para resolver os seus problemas? Pequenos por vezes, é certo, mas que não deixam de o ser. E que ginástica tem o Presidente da Junta que fazer para não enviar todos esses pedidos para a Câmara Municipal. Este reforço de verbas não nos resolve todos os problemas, nem é sequer essa a obrigação por parte da Câmara, mas que nos dá uma preciosa ajuda é verdade. Conheço bastante bem todos os Presidentes de Junta, há pouco tempo é certo, mas foram para mim uma grata surpresa, pois a sua dedicação, sua seriedade e competência são de um valor inquestionável e por isso em nome de todos eles deixo a garantia de que este reforço de verbas será bem aplicado e na área para que é atribuído. -----

Quando aqui foi discutido e aprovado o 1º orçamento referi nesta Assembleia a minha satisfação por aquilo que vinha proposto para a minha Freguesia e que reflectia as palavras e os discursos do Sr. Presidente que prometia uma grande atenção e intenção de promover a requalificação de Fátima. Nesse plano plurianual vêm contempladas muitas intenções de

investimento para a Freguesia que eu represento e manifestei aqui nesta Assembleia a minha satisfação. É evidente que me podem dizer que é ainda cedo para fazer um balanço e que o mandato só termina em finais de 2009, mas que é de estar preocupado é. No entanto acredito que 2009 será o ano decisivo para o arranque de alguns destes investimentos. Mas gostaria de salientar a Casa da Cultura de Fátima que irá suprir uma lacuna enorme que se faz sentir a nível cultural na Freguesia. É sem duvida também um excelente investimento e uma boa novidade. Compreendo que o atraso do QREN de que a Câmara não tem culpa, e os tempos verdadeiramente difíceis que vivemos serão sem dúvida, em parte, responsáveis por este atraso. Há um caso no entanto difícil de explicar que é da Estrada de Minde, já conhecida como o Calvário de Minde. Começa a não ter explicação o não arranque da sua requalificação e por isso aqui deixo mais um apelo para que Câmara Municipal se mobilize a fim de que possamos por fim a um calvário que já leva mais de 10 anos consecutivos obras que vão degradando cada vez mais o pavimento, colocando assim em causa a segurança de pessoas e bens. As manifestações de impaciência são cada vez mais notórias. Eu sei que o Sr. Presidente da Câmara tem este caso como prioritário mas peço-lhe que force até ao limite para que este caso se resolva. -----

As grandes opções do plano prevêem um grande investimento na educação, dando assim cumprimento a um dos grandes objectivos traçados para este mandato e que depois do muito trabalho já executado, sem dúvida que com a construção de três novos complexos escolares e ampliação de um, a qualidade das infra-estruturas desta área de ensino serão grandemente melhoradas. Sendo sem dúvida um complemento importante ao muito que já se fez, é a resposta correcta aos desafios que se colocam. É a qualidade de ensino que ganha e é assim que ganhamos o futuro. Estes investimentos a continuar em 2010 com verbas significativas, como se vê no plano plurianual, mostram bem o interesse que a Câmara Municipal coloca no ensino o que é de todo louvar já que a educação deverá ser sempre uma grande prioridade de qualquer estrutura governativa. Sabe se pelos órgãos de comunicação social de hoje que o Governo também está atento a esta questão e que vão já começar a transferir verbas para as autarquias, para que se iniciem a construção dos complexos escolares. Era importante que a

Câmara estivesse atenta a esta situação para que se comece o mais rápido possível a construção dos mesmos. -----

Em relação aos investimentos previstos neste orçamento era importante que eles fossem lançados o mais rápido possível, são investimentos importantes, muito mais nos, tempos que correm, mas era importante que esses investimentos tivessem em conta, se possível, as empresas da Região. Esta é também a forma de combater a crise, porque ao estarmos a dar trabalho às nossas empresas, estamos a combater o desemprego e ao mesmo tempo distribuir dinheiro pelas famílias. Os tempos são difíceis e é a hora de olhar para estes problemas de forma séria e responsável. Dizer que somos o concelho com mais índice de investimento económico do distrito não basta, o tempo das vacas gordas já foi e com ele foram também muitas empresas que poderiam estar no nosso concelho. Agora há que ter grande preocupação com o emprego e com as questões sociais mas de forma activa e não passiva e se privilegiarmos as nossas empresas já estamos a contribuir para as causas atrás apontadas. Vivemos uma das mais graves crises económico-financeiras, senão a mais grave desde os anos 20 do século passado. 2009 será um ano muito duro e difícil e a autarquia deverá dar o exemplo, já que administra o dinheiro de todos nós e planeia o investimento que será para todos nós. É pois necessário rigor e mais rigor na gestão e uma visão estratégica, mas realista, que possibilite gastar menos nas despesas correntes e seja rigorosa no investimento de capital. Este orçamento mostra-nos que mesmo com o justificado aumento das despesas de pessoal, que o diferencial é claramente favorável ao investimento. Temos pois razões para estar confiantes, mesmo perante o cenário difícil que se nos apresenta pela frente. Os sinais explanados neste orçamento são a fonte deste nosso pensamento. -----

Uma última palavra para o executivo camarário; que consigam desempenhar e executar este orçamento, os oureenses assim esperam, e para a equipa que elaborou este documento bem estruturado, bem fundamentado e de fácil consulta. -----

Votos de Bom Natal e de esperança no futuro. -----

Obrigado." -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, apresentou o seguinte documento: “Quando há pouco tempo houve uma proposta de Projecto Lei, que relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos pretendia num futuro próximo silenciar os presidentes de junta, eu fui muito crítico. -----
Sinto-me portanto na obrigação enquanto for Presidente de Junta (e esta pode ser a última oportunidade), por isto ou aquilo intervir sempre. -----
Tive conhecimento da declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal, por isto ou aquilo, não fiquei surpreendido com os seus argumentos de voto contra, assim como, por isto ou aquilo, não ficarei surpreendido com as intervenções dos votos contra de hoje, nem da defesa a este Orçamento por parte do PSD. -----
Ainda em relação aos argumentos dos Vereadores do PS, eu gostaria que me explicassem essa do aumento dos 200% para bermas e valetas. Eu sei que aqui na Assembleia não podem falar, mas eu, que não sou engenheiro nem professor, gostaria de saber como chegaram a essa percentagem. Se no ano passado aprovámos uma verba de 250.000 euros e este ano há uma proposta de 500.000 euros, eu gostaria de saber se o aumento fosse apenas de 100%, qual seria o valor da verba. -----
Mas ainda em relação a este Orçamento, eu sou dos que, apesar da opinião dos senhores Vereadores do PS, por isto ou aquilo, não estou mais satisfeito. -----
Em relação a essa verba ficarei sim mais satisfeito se ela for paga em duodécimos, porque senão, por isto ou aquilo, pode até nem passar de uma boa intenção. -----
Por isto ou aquilo, não gosto deste Orçamento, assim como não gostei de nenhum dos anteriores, não gosto dos do Governo e não gosto do da Junta de Freguesia de Rio de Couros, que é feito por mim. O problema dos orçamentos é que as receitas condicionam as despesas e toda a gente nos indica onde devemos gastar e não nos dizem onde ir buscar as receitas. -----
Ainda em relação a este Orçamento ficaria sim satisfeito se lá encontrasse resposta para a reconstrução (ou demolição) do Jardim de Infância da Sandoeira; para a terminação do edifício da Junta de Freguesia (também gostávamos de fazer uma inauguração); para o pagamento dos terrenos do alargamento do cemitério; para o alargamento das pontes dos Andrés e

Soalheira; para o saneamento básico; para a beneficiação da EM525 (estrada do Agroal) valetas, passeios junto à escola e marcação da mesma; para a construção da rotunda da Marta; para alcatroamentos solicitados; para a construção da Zona Industrial da Freixianda, que também servirá para a nossa freguesia; para saber por fim se a estrada 356 é municipal, regional ou nacional e proceder à sua beneficiação, etc. -----

Por isto ou aquilo, o Orçamento não me dá resposta directa a estas questões mas, por isto ou aquilo, permite-me continuar a sonhar, razão pela qual votarei favoravelmente, porque quem governa tem o direito a ter Orçamento e a ser-lhes pedido responsabilidade pelo seu cumprimento. -----

Como repararam durante a minha intervenção repeti bastantes vezes «por isto ou aquilo». Estava a prepará-los para um poema que em minha opinião se adapta também a esta discussão do Orçamento. É um poema da autoria de Cecília Meireles, que com a minha voz (que nem para ler o jornal serve) passarei a ler (não sei recitar): -----

«*Ou isto ou aquilo!* -----

Ou se tem chuva e não se tem sol -----

ou se tem sol e não se tem chuva! -----

Ou se calça a luva e não se põe o anel, -----

ou se põe o anel e não se calça a luva! -----

Quem sobe nos ares não fica no chão, -----

quem fica no chão não sobe nos ares. -----

É uma grande pena que não se possa -----

estar ao mesmo tempo em dois lugares! -----

Ou guardo o dinheiro e não compro o doce, -----

ou compro o doce e gasto o dinheiro. -----

Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo... -----

e vivo escolhendo o dia inteiro! -----

Não sei se brinco, não sei se estudo, -----

se saio correndo ou fico tranquilo. -----

*mas não consegui entender ainda -----
qual é melhor: se isto ou aquilo.» – Cecília Meireles -----*

Um bom Natal para todos.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “De facto, o Orçamento municipal para 2009 e relativamente às Opções tomadas pelo Executivo naquilo que tem a ver com o seu eixo fundamental de investimento, tem a ver com investimento essencialmente com quatro novos Centros Educativos apoiados pelo QREN. Mais um conjunto de obras que o Senhor Presidente aqui, e bem, descreveu, que são fundamentais para o desenvolvimento do concelho. Aliás, os dois maiores vultos financeiros vieram aqui, há bem pouco tempo, e demos-lhe voto favorável. Todo esse investimento em contra-senso, em contradição com a argumentação nacional do Partido, mas, de qualquer maneira, não deixa de ser um bom princípio de reagir às necessidades que temos no concelho e, de facto, mesmo relativamente ao cumprimento das regras, este Orçamento tem, do ponto de vista das obras que quer executar, um conjunto já visível de obras, coisa que nos últimos três Orçamentos anteriores não se vislumbrou. -----
De qualquer maneira, vou deixar duas questões muito concretas nesta primeira abordagem e que têm a ver com o porquê de um aumento tão grande – há pouco não fiquei esclarecido – das verbas em Despesa com o Pessoal, e de um valor tão elevado entre o ano de 2008 para 2009, - pois não percepcionei porque é que era. -----
Depois, relativamente à receita prevista para 2009, o Senhor Presidente, vai-se queixando, vai-se queixando, mas, nós, pelos quadros que foram aqui apresentados, as transferências do Orçamento de Estado estão – e têm aumentado sempre – muito acima daquilo que é a inflação. Portanto, aquilo que estava previsto este ano na Lei das Finanças Locais era um aumento de 4,5% ou 4,8% e é o que é estabelecido pelo Governo, mas é preciso ver que em 2007 o aumento foi de 11,9%, ainda não se estabeleceu bem o impacto que a reforma do IMI e IMT teve. Nós, em 2004/2005 tínhamos transferências que rondavam os seis milhões e hoje vamos em transferências acima dos doze milhões de euros, portanto, o esforço que o Estado

fez em Ourém é significativo. Aliás, vimos na partilha da receita o impacto fortíssimo que têm as receitas próprias do Estado para o município de Ourém. -----

O Senhor Presidente fez bem em definir e sublinhar a necessidade de ir buscar novas receitas e de cortar na despesa relativamente aos investimentos. De facto, no próprio preâmbulo, o Senhor Presidente sublinha isso num parágrafo porque é evidente que, quanto mais se investe em instalações mais aumenta a despesa de exploração e a despesa corrente de manter essas instalações. Portanto é fundamental a percepção dessas receitas. -----

Quanto à questão fundamental que nos leva a votar contra este Orçamento, Senhor Presidente, eu já expus a questão de várias maneiras aqui nesta Assembleia Municipal e ela tem só uma razão de ser, é que nós não acreditamos nesta perspectiva tão sorridente do aumento de receita. Que V.^a Ex.^a faça depender o aumento da despesa do aumento da receita e faça depender o aumento da receita por negócios que eventualmente venham a ter lugar, que eventualmente venham a ser autorizados e aprovados pelos órgãos competentes, que venham a ter o tal «visto» do Tribunal de Contas em operações financeiras como aqui recrutou e reportou de alguma capacidade de conseguir «pintar a pílula» à cor que interessa. De facto, não se percebe porque é que em Ourém nós temos de 2005 para 2009 um aumento quase de 30% da receita porque o Orçamento que tínhamos era de trinta e oito milhões de euros e passamos para um Orçamento de cinquenta e quatro milhões. Gostava de saber qual é o facto extraordinário que se passa em Ourém, o que é que se passou nestes quatro anos, quais foram as empresas que vieram para Ourém pagar mais Derrama, quais foram as empresas que vieram criar mais emprego que aumente a taxa de crescimento de construção e, por isso, por via da regra das taxas e licenças, aumentasse a receita própria, coisa que não aumenta nessa proporção para justificar que nós possamos ter um Orçamento de cinquenta e quatro milhões de euros este ano. Já no ano passado foi de quarenta e sete e quando o Senhor Presidente apresentou aqui as contas em Abril deste ano, e as contas de 2007 reflectiam uma despesa de trinta e oito e uma receita de quase vinte e um. Portanto, Senhor Presidente, quando apresentou aqui a despesa de trinta e dois, e disse há pouco que ela às vezes não está realizada, sabe que do ponto de vista contabilístico tem que tê-la em conta por isso é que a

apresentou aqui porque senão não a apresentava cá se ela não tivesse valor jurídico, apresentava aqui a receita de vinte e um e uma despesa de vinte e um e ficava talvez feliz com esse facto mas, de facto, para o Orçamento da altura de quarenta e seis milhões de euros, apresentamos uma execução de trinta e dois milhões, portanto ficaram catorze milhões por executar, mas ficam a executar vinte e seis milhões de receita. -----

Portanto Senhor Presidente, a questão é de fundo, a questão é que eu não digo que não seja necessário sobrevalorizar alguma receita porque as regras da Lei das Finanças Locais obrigam a uma diminuição pela regra de algumas delas, por isso é preciso fazer compensação, mas há um facto estranho no concelho de Ourém, é que as pessoas não percebem, e nós também não percebemos – talvez ignorância, porque é que em Ourém todos os anos há uma média de quatro, cinco ou sete milhões de euros. O Orçamento vai crescendo sem que nós vejamos na estrada, na rua, obra que justifique isso. Porque, se nós víssemos neste mandato, neste ano, um conjunto de obra de tal forma avultado nas freguesias que justificasse o aumento do Orçamento para estes valores, com certeza que o Senhor Presidente, como no mandato passado, teria o voto favorável desta Assembleia Municipal por parte do Partido Socialista. Agora nós damos, e vou terminar, uma particular relevância às duas das medidas que aqui trouxe e que me parecem muito positivas para o desenvolvimento do concelho de Ourém mas, do ponto de vista da «engenharia», como disse, financeira, nós não damos o nosso avalio.” ----

= **MARGARIDA GOMES POETA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, expôs o seguinte: “A análise de um documento desta envergadura e a importância que tem para o concelho, exigiria sempre de nós um pouco mais de tempo. Na análise possível, verificamos que é um Orçamento que tem em conta e em vista as autárquicas de 2009. Pensa-se em grandes projectos pensando em subsídios que, como certos, só temos alguns ou em parcerias público-privadas com as quais não concordamos, por princípio, porque o conceito é: a autarquia investe e os privados gerem o lucro. -----

Vimos ainda que este Orçamento tem em conta receitas que, ainda nesta assembleia, lá mais à frente, serão discutidas, como o IMI e o IRS, e que aqui aparecem, no Orçamento, como dado adquirido. -----

É um Orçamento que tem rubricas inscritas e sem verba atribuída. -----

Por tudo isto, entendemos que este documento não passa de um caderno de boas intenções.” -

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “Mais um ano quase passado, e as incertezas dos cenários económico-financeiros, quer a nível nacional quer internacional, são muitas. -----

Neste momento, estamos perante uma paralisação do sistema financeiro, acrescida da ocorrência de inúmeras situações de insolvência a nível nacional. -----

O nosso concelho não é excepção. As empresas passam dificuldades fruto de uma “bola de neve” que a todos atinge e que o Governo não soube controlar até agora. -----

Tendo na mão uma oportunidade como é o actual QREN, atrasou ainda mais, não se entende porquê, a entrada em pleno funcionamento dos programas que poderiam trazer algum fôlego financeiro a todos os sectores da economia e às autarquias em particular. Passados dois anos da entrada em vigor do actual quadro comunitário (e não é demais frisar, última oportunidade de convergência para Portugal), começam agora a vislumbrar-se algumas aprovações de candidaturas, mas dinheiro propriamente dito ainda não se viu. Já para não se falar no atraso de pagamentos de programas nacionais anteriores. Importa referir que do “Bolo” total a maior fatia ficou reservada para o Estado, sabendo nós que está provado que as autarquias locais têm feito melhor aplicação dos fundos comunitários. -----

Foi perante todo este cenário que a Câmara nos apresenta agora estes documentos previsionais. -----

Uns pensarão que é um orçamento demasiado ambicioso, outros que deveria contemplar mais investimentos. O certo é que este orçamento teve de ser feito a pensar principalmente, quer nas receitas provenientes de fundos comunitários, quer na transferência de novas competências e correspondente pessoal, tudo isto aliado a alterações constantes na lei que implica menor receita para as autarquias locais. O poder local não pode confiar num Governo que continua a “salvar” o défice e a actual situação financeira, à custa principalmente das suas

receitas e não alterando em nada os seus próprios impostos. É o caso da actual alteração do IMI que iremos apreciar nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

Quando se pretende desagravar as difíceis condições de vida das populações, cujo financiamento, segundo dados do Ministério das Finanças, é de 120 milhões por conta das petrolíferas, 100 milhões por conta dos municípios e apenas 5 milhões por parte do Governo, está tudo dito. É uma desproporcionalidade que não se compreende. -----

Voltando ao orçamento em questão, é-nos referido, na certidão de deliberação, que foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o nº3, do artigo 5º, da Lei nº24/98 de 26 de Maio. Segundo apurámos não surgiu nenhum contributo para o referido documento. Alguma coisa quer isto dizer. Falta de interesse? Receio que as ideias fossem contempladas e assumidas como sendo do PSD? O certo é que em nada contribuíram para a inclusão de projectos ou outros neste orçamento. -----

Perante este documento não podemos esquecer a influência expressiva que resulta da transferência de competências na área da educação e que origina um acréscimo previsto de despesas com pessoal não docente, na ordem dos 2.375.500 euros, implicando um aumento das despesas com pessoal de cerca de 72%. -----

Dos investimentos previstos salienta-se a incidência no sector da educação que ocupa 25% do total das dotações previstas para as Grandes Opções do Plano de 2009. -----

Destaca-se ainda o investimento previsto recorrendo a poupança corrente. -----

Não podemos deixar de reconhecer o bom trabalho técnico executado nestes «Documentos Previsionais 2009». -----

Face a todas as condicionantes julgamos que o orçamento em apreço vai ao encontro de coisas tão essenciais como a coesão social e a qualidade de vida dos ourenses, que se ambiciona em permanente desenvolvimento. -----

Congratulamo-nos assim com o documento apresentado.” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

O Orçamento é um elemento de desenvolvimento para o concelho ou uma desgraça se ele constrange esse mesmo desenvolvimento. No caso, parece-me um Orçamento de rigor, é certo, mas virado para as obras de bem estar do concelho. Aqui registo com muito agrado a reposição das verbas que, em tempo, já tinham sido atribuídas às Juntas e elas não foram consideradas, tendo em mente efeitos eleitoralistas, porque resultam, e porque não dizê-lo, pois é verdade, de uma reivindicação das Juntas de Freguesia havida ainda não há um mês. Mas, há um ano manifestávamos aqui algum descontentamento porque não víamos asfaltadas algumas estradas da nossa freguesia e não víamos beneficiadas outras. Gostava que o Senhor Presidente dissesse, se possível, se tem considerado essas obras para Caxarias porque são, na realidade uma reivindicação com a qual eu sou confrontada todos os dias.” -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com oito votos contra – sete do Partido Socialista e um do Partido Comunista Português, e duas abstenções do Partido Popular.**

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor António Ribeiro Gameiro. -----

02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA – 2009 – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezassete mil seiscentos e oitenta e quatro, datado de vinte e nove do pretérito mês de Outubro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia vinte e sete daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do número seis, do artigo sexagésimo quarto, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro,

autorização para proceder à concretização da delegação de parte das suas competências nas Juntas de Freguesia, para o ano de dois mil e nove, quando for julgado conveniente, e de acordo com o disposto no artigo sexagésimo sexto do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do modelo de *Protocolo de Delegação de Actos* da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA À LEI DAS FINANÇAS LOCAIS – IRS – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezassete mil duzentos e sessenta e seis, datado de vinte e três do pretérito mês de Outubro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia seis daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que aprove a participação de cinco por cento (5%) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do município de Ourém. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS, POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA, RELATIVOS À BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA – CAMINHO MUNICIPAL 1001 – ESTRADA DA FREIRIA, ESPITE – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezassete mil duzentos e sessenta e cinco, datado de vinte e três do pretérito mês de Outubro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia treze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do número seis, do artigo décimo oitavo, da Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho, autorização para proceder, por administração directa, à execução dos trabalhos relativos à beneficiação da rede viária na Freguesia de Espite – Caminho Municipal 1001 – Estrada da Freiria. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO CAMARÁRIO RELATIVO À EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA PROPRIEDADE DA FIRMA EDUARDO MARQUES & ROSA, LIMITADA – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezassete mil seiscentos e oitenta e cinco, datado de vinte e nove do pretérito mês de Outubro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia vinte e sete daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, a emissão de declaração de *Interesse Público Municipal* da ampliação da pedreira propriedade da firma Eduardo Marques & Rosa, Limitada, sita em Valinho de Fátima, Freguesia de Fátima, do concelho de Ourém – (vide processo devidamente arquivado).

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Assim, considerando que se pretende ampliar a área de exploração de uma unidade industrial licenciada e considerando também que a ampliação se fará em área destinada a indústria extractiva no Plano Director Municipal, o plenário entendeu aprovar a proposta por maioria, com uma abstenção do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO PROCESSO DE GEMINAÇÕES – OURÉM - S. PAULO-BRASIL – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezasseis mil seiscentos e vinte e três, com data do dia oito do pretérito mês de Outubro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada a vinte e nove de Setembro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação do processo inerente ao processo de geminação de Ourém com S. Paulo-Brasil. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora -----

= **MARIA NATÁLIA SOUSA FREIRE NUNES**, dada a dimensão da cidade de S. Paulo, foi da opinião de que, presentemente, em vez de um processo de geminação seria mais vantajoso para o nosso concelho a assinatura de um protocolo ou a promoção de um intercâmbio. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com uma abstenção do Partido Social Democrata.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À GEMINAÇÃO DE FÁTIMA COM AS CIDADES DE LORETO (ITÁLIA), LOURDES (FRANÇA), MARIAZELL (ÁUSTRIA) E ALTÖTTING (ALEMANHA) – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezoito mil setecentos e catorze, datado do dia vinte do findo mês de Novembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dezassete daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para proceder à geminação de Fátima com as cidades de Loreto (Itália), Lourdes (França), Mariazell (Áustria) e Altötting (Alemanha), considerando que há anos existe intercâmbio entre os respectivos municípios, no quadro das Cidades-Santuário da Europa. -----

----- Aquando da apreciação da questão em sede de reunião camarária, o Senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta que se passa a reproduzir: “A geminação de cidades é um conceito que tem como objectivo criar relações e mecanismos protocolares, essencialmente a nível económico e cultural, através dos quais cidades ou vilas de áreas geográficas ou políticas distintas estabelecem laços de cooperação. -----

Geralmente as cidades geminadas têm características semelhantes (a nível demográfico por ex.) ou pontos de referências históricas comuns. Assim, são estabelecidos acordos que conduzem à partilha de conhecimentos, ao intercâmbio cultural e/ou de ensino, políticas empresariais, entre outros. -----

Nesse sentido a Câmara Municipal de Ourém é geminada, desde 1992, com o Município de Pléssis-Trévisé – França, tendo estabelecido nestes anos vários intercâmbios culturais que têm tido resultados bastante positivos, quer a nível da juventude, artistas e/ou artesãos. -----

---- Paralelamente a esta geminação o município faz parte do grupo de trabalho “Shrines of Europe” do qual fazem parte as cidades com Santuário Mariano de Altötting (Alemanha), Lourdes (França), Mariazell (Áustria), Loretto (Itália) e Czestochowa (Polónia), cidade com quem também já é geminada. Este grupo tem como principal objectivo a divulgação das Cidades Santuário, bem como um intercâmbio que lhes permita trocar experiências. -----

Atendendo a esta ligação com as cidades acima mencionadas e no seguimento das geminações já existentes, propõe-se a assinatura da geminação de Fátima (parte integrante de Ourém) com Loreto, Lourdes, Mariazell e Altötting no decorrer do II Congresso Ibero-Americano de Destinos Religiosos, que terá lugar em 2009, em Fátima.” -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor José Custódio Ribeiro Faria. -----

02.08 – ELEIÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DE OURÉM – (GRELHA A). -----

----- Foi remetido pelo Senhor Presidente da *Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém* o ofício/circular número cinco ponto dois mil e oito, datado de dezanove de Novembro, do ano em curso, solicitando, nos termos da alínea I), do artigo décimo sétimo, da Lei número cento e quarenta e sete barra noventa e nove, de um de Setembro, a indigitação de quatro elementos da Assembleia Municipal a fim de integrarem a Comissão Alargada inserida na Comissão citada em epígrafe. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, foi da opinião de que os presidentes de junta deveriam ter conhecimento das situações que ocorrem na freguesia que lideram a fim de auxiliarem a Comissão na resolução dos casos.

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, salientando a importância da preocupação atrás referida e frisando ser também um dos seus permanentes cuidados, enalteceu o excelente trabalho desenvolvido pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém, tanto no âmbito da Comissão Restrita – onde se diligencia a fim de solucionar os vários casos existentes, como na Comissão Alargada – composta por elementos que, conhecendo somente o número de casos existentes no concelho, procuram apoiar a Comissão Restrita na solução das ocorrências. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu o apoio dado pela Comissão Alargada à Comissão Restrita que, de forma incansável e competente, procura solucionar as situações que ocorrem no concelho. -----

----- Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste órgão deliberativo, sobre a apresentação de propostas, tendo-se verificado o seguinte: ---

= **MARIA NATÁLIA SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou uma lista da qual fazem parte os membros anteriormente eleitos para integrarem a Comissão Alargada – Lista A, composta pelos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Deolinda de Jesus Lopes Simões -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Maria Natália de Sousa Freire Nunes -----

----- José Augusto Dias dos Reis. -----

----- De harmonia com a proposta apresentada, procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta e quatro (34)** -----

----- **Lista A – trinta e um votos (31)** -----

----- **Branco – três votos (03)** -----

----- **Face ao exposto, passam a integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----**

----- DEOLINDA DE JESUS LOPES SIMÕES -----

----- HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES-----

----- MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES -----

----- JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À ALTERAÇÃO DA SEDE E DOS ESTATUTOS DA VEROURÉM – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DESPORTIVOS, E.E.M. – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil quatrocentos e oitenta e dois, com data do dia cinco do presente mês de Dezembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia dois daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para alterar os Estatutos da empresa municipal referida em epígrafe, no seu artigo terceiro, número um, conforme se passa a especificar: -----

----- Redacção actual – «A VEROURÉM tem sede na Cidade de Ourém.» -----

----- Alteração pretendida – «A VEROURÉM tem sede na Rua Santa Teresa de Ourém, porta número quarenta e dois, rés-do-chão, na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, na cidade e Concelho de Ourém.» -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

**02.10 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA À
ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FÁTIMA (PUF) –
(GRELHA A).** -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil trezentos e dez, datado do dia quatro do presente mês de Dezembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e quatro de Novembro, do ano em curso, solicitando a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta de alteração simplificada ao PUF – Plano de Urbanização de Fátima, conforme mapa de zonamento remetido – (vide processo devidamente arquivado na Assembleia Municipal). -----

----- Do processo consta ainda uma informação, datada do dia doze de Novembro, do ano em curso, apresentada pelo Director do Projecto Municipal de Ordenamento do Território de Ourém, a qual se passa a reproduzir: “Por deliberação da Câmara Municipal de 22 de Setembro de 2008, foi aprovado o relatório descritivo e justificativo da proposta de alteração simplificada do Plano de Urbanização de Fátima, conforme consta em anexo à presente proposta de deliberação que tem como objectivo fazer cessar os fins de utilidade pública a que o prédio onde se localizam os CTT se encontra adstrito; -----

Com a publicação do Aviso n.º19 965/2008 de 11 de Julho, foi dada a oportunidade aos interessados de formularem observações e apresentarem reclamações ou sugestões durante o período de 15 dias. -----

Analisadas e ponderadas as duas comunicações dirigidas a esta Câmara Municipal, o procedimento de alteração seguiu a tramitação prevista no RJIGT. -----

Neste sentido, e nos termos do art.º n.º78 e n.º6 do art.º97-B do Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro com a redacção dada pelo DL 316/2007 de 19 de Setembro foi solicitado parecer à CCDR-LVT em 26 de Setembro de 2008. Tendo terminado o prazo previsto de 10 dias para a respectiva emissão de parecer no passado dia 14 de Outubro, não recebeu esta autarquia qualquer comunicação daquela entidade sobre o assunto referenciado em epígrafe. -----

Assim, conforme previsto no n.º1 do art.º79 do RJIGT, sob proposta da Câmara Municipal o procedimento exposto, deverá, caso se concorde, ser remetido à Assembleia Municipal para aprovação. -----

À consideração superior.” -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – TESOURARIA 2009 – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número cinco mil e vinte e cinco, datado de dezanove do transacto mês de Março, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia doze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea d), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, a respectiva autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo - Tesouraria, a contratar pelo montante de um milhão seiscentos e oitenta e dois mil seiscentos e quarenta e dois euros (1.682.642,00€), o qual deverá vigorar no ano económico de dois mil e nove seja adjudicado à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, sendo aplicável a taxa de Euribor a três meses. ----

----- Foram ainda remetidas as propostas apresentadas pelas instituições financeiras consultadas e bem assim cópia do quadro-resumo das condições propostas pelas mesmas – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOSÉ MARIA DO VADRE CASTELINO E ALVIM** expôs o seguinte: “Relativamente ao «Quadro – Resumo das propostas apresentadas», na antepenúltima linha «Taxa Euribor aplicável» - para se comparar deveria ter-se posto sempre a mesma Euribor e eu não vejo isso na segunda coluna. Não altera em nada o resultado, é só um problema de critério. Na Caixa Geral de Depósitos há a opção da Euribor a um, três, seis ou doze meses. A comparação deveria ser feita com a dos outros dois – Caixa Agrícola e Santander, de Euribor a três e depois a única coisa que variava era o Spread porque se muda a Euribor está-se a falsificar o resultado.” -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS** expôs o seguinte: “Boa tarde -----
É verdade que o Senhor Presidente conseguiu uma excelente taxa, parabéns. Mas isto também se deve um pouco ao Governo. Se não fosse o Governo ter salvo o Banco de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, que está fora do sistema das caixas mútuas, não poderia fazer estas condições. Mas, parabéns. Eu vou votar favoravelmente.” -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À CRIAÇÃO DA DIVISÃO DE APOIO JURÍDICO, NA DIRECTA DEPENDÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO.

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil setecentos e noventa e três, datado de doze de Dezembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia nove daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para a criação da Divisão de Apoio Jurídico, na directa dependência do Departamento de Administração e Planeamento, nos termos da alínea o), do

número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de 18 de Setembro alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Aquando da discussão da matéria em sede de reunião camarária, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a sua proposta, datada do dia quatro do presente mês de Dezembro, a qual se passa a reproduzir: “O Gabinete Jurídico existente na estrutura orgânica da Câmara Municipal funciona como um serviço transversal a todas as unidades orgânicas e dispõe de dois técnicos superiores Juristas. -----

Para além das funções que lhe estão cometidas no regulamento dos serviços municipais, aquele gabinete desenvolve outras tarefas de apoio jurídico, nomeadamente à secção de fiscalização municipal (colaboração nas notificações, autos de embargo, posse administrativa, etc.) e de contra-ordenações, serviços directamente dependentes da Divisão Administrativa e Financeira. -----

Por outro lado, ao mesmo gabinete, são solicitados com frequência pedidos de parecer de outras unidades orgânicas, nomeadamente, a Divisão de Ordenamento do Território. -----

Os serviços de contencioso e as acções judiciais pendentes, quer em tribunais comuns quer em tribunais administrativos, cujo número tem vindo constantemente a aumentar, apesar de serem patrocinados por advogados mandatados para o efeito, têm sido acompanhados por aquele gabinete. -----

Face ao exposto entendemos que os serviços de apoio jurídico ao município deverão estar integrados numa unidade orgânica a que chamaríamos de Divisão de Apoio Jurídico, que coordenaria todos os técnicos superiores juristas, colocados nos vários serviços, com as seguintes competências: -----

- a) Coordenar o serviço de contencioso; -----
- b) Coordenar a secção de contra-ordenações e fiscalização; -----
- c) Emitir pareceres jurídicos; -----
- d) Proceder à cobrança coerciva das quantias em dívida ao município e acompanhar processos de execução fiscal. -----

Coordenar e acompanhar a elaboração de regulamentos municipais e manter actualizado o ordenamento jurídico municipal. -----

Nestes termos, proponho: -----

1º- A extinção do Gabinete Jurídico; -----

2º- A criação da Divisão de Apoio Jurídico directamente dependente do Departamento de Administração e Planeamento (DAP); -----

3º- A alteração da estrutura orgânica e do organograma, passando o DAP a integrar as seguintes divisões: -----

-Divisão Administrativa e Financeira; -----

-Divisão de Planeamento e Desenvolvimento; -----

-Divisão de Apoio Jurídico. -----

4.º - Manutenção das comissões de serviço para os actuais dirigentes do DAP.” -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 2009. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil setecentos e noventa e sete, datado do dia doze do presente mês de Dezembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia nove daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do artigo cento e doze, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), autorização para fixar as seguintes taxas a praticar na cobrança do Imposto Municipal sobre imóveis, no ano de dois mil e nove, alterando o valor fixado pela deliberação camarária de quinze de Setembro, do ano em curso, ou seja: -----

----- 0,7% (zero vírgula sete por cento) sobre prédios urbanos; -----

----- 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----
 = **MARGARIDA GOMES POETA**, em representação do Partido Comunista Português, expôs o seguinte: “A CDU verifica mais uma vez que, no que toca a receitas para o município vindas de forma directa ou indirecta dos bolsos dos contribuintes residentes, o Executivo não cede, aplica sempre as taxas máximas. A crise é mundial, é nacional, é concelhia, como nós sabemos, mas também, a crise toca as famílias oureenses. A população do concelho, à conta da difícil situação do município, não deveria ser prejudicada. A nossa proposta era que se fizesse uma redução das taxas do IMI para 0,5% sobre prédios urbanos e 0,2% sobre prédios urbanos avaliados.” -----

----- Solicitando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os valores aplicados pelo município não são os máximos, pois, conforme afirmou, aplicou-se a taxa de zero vírgula sete para os prédios urbanos quando o máximo estipulado era de zero vírgula oito e definiu-se o valor de zero vírgula três sobre prédios urbanos avaliados quando as taxas poderiam oscilar entre zero vírgula dois e zero vírgula cinco por cento. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria com um voto contra do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.14 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTOS DA AMLEI – ÁREA METROPOLITANA DE LEIRIA (ADAPTAÇÃO À LEI 45/2008, DE 27 DE AGOSTO). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil seiscentos e cinquenta e sete, datado do dia dez do presente mês de Dezembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada a vinte e quatro do findo mês de Novembro, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta de Estatutos da Associação de Municípios da Região de Leiria, aprovados pela Junta da AMLEI, em reunião de

vinte e nove do findo mês de Outubro, que por imperativo legal da Lei número quarenta e cinco barra dois mil e oito, de vinte e sete de Agosto, a AMLEI – Área Metropolitana de Leiria, criada ao abrigo da Lei número dez barra dois mil e três, deve ser convertida em Associação de Municípios de Fins Específicos – AMFE, uma vez que é composta por municípios de NUT's III diferentes. Esta conversão implica a alteração de Estatutos, conforme preceituado no artigo trinta e oito, da citada Lei número quarenta e cinco barra dois mil e oito, de vinte e sete de Agosto. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ISENTAR A AMBIOURÉM – GESTÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, E.E.M. DO PAGAMENTO DO IMT – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS E DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil setecentos e noventa e cinco, datado do dia doze presente mês de Dezembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia nove daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar a AmbiOurém – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, E.E.M., do pagamento do IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e bem assim do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos do artigo doze, da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registando qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, isentar a **AmbiOurém – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, E.E.M.**, do pagamento do **IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis** e do **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis**. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.16 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À ALTERAÇÃO DO PACTO SOCIAL DO CENTRO DE NEGÓCIOS DE OURÉM, LDA. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil setecentos e noventa e quatro, datado do dia doze do presente mês de Dezembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia nove do citado mês, solicitando a este órgão deliberativo, a apreciação e votação do novo Pacto Social do Centro de negócios de Ourém, Lda, conforme proposta de alteração adaptada ao regime legal do sector empresarial local (Lei n.º53-F/2006, de 29/12), remetida a este órgão deliberativo – (vide processo devidamente arquivado na Assembleia Municipal). -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara propôs algumas alterações a introduzir na proposta apresentada e em discussão, ou seja: -----

----- Artigo terceiro (Sede social e representação), número um deve constar a seguinte redacção: “1. O Centro de Negócios de Ourém, E.M. tem a sua sede social no edifício do Centro de Negócios de Ourém, **Rua Melvin Jones**, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, concelho de Ourém.” -----

----- Artigo quinto (Objecto social), deve figurar o seguinte: “**2. A empresa tem ainda por objecto a promoção da construção e gestão de Áreas de Localização Empresarial e Zonas Industriais.** -----

3. O Centro de Negócios de Ourém, E.M. pode exercer outras actividades relacionadas com o seu objecto principal, designadamente, quando sejam complementares ou subsidiárias das acima referidas. -----

4. A empresa pode participar no capital de outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades comerciais ou industriais relacionadas ou não com o seu objecto social, desde que autorizadas pela Assembleia-Geral de sócios.” -----

----- **Face ao exposto e não se registando qualquer pedido de intervenção por parte dos membros do plenário, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, com as alterações atrás referenciadas, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.17 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO À ISENÇÃO DE TAXAS DECORRENTES DE UM PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES DO CRIF – CENTRO DE RECUPERAÇÃO INFANTIL DE FÁTIMA. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezanove mil novecentos e doze, com data do dia dezasseis do presente mês de Dezembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia quinze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar o CRIF – Centro de Recuperação Infantil de Fátima do pagamento das taxas referentes ao processo número mil novecentos e trinta barra dois mil e sete (pedido de licenciamento de edifício destinado a pavilhão polivalente), de que é titular, dado ser uma Instituição de Solidariedade Social, com estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública reconhecido. -----

----- **Aberto o período de intervenção e não se registando qualquer pedido de esclarecimentos, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder a isenção total das taxas relativas à construção do citado edifício considerando tratar-se de uma instituição particular de solidariedade social (sem fins lucrativos).** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.18 – AUDIÇÃO DOS AGENTES ECONÓMICOS E SOCIAIS LOCAIS. -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número vinte mil e setenta e três, datado do dia dezoito do presente mês de Dezembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia nove daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação do processo inerente à «Audição dos Agentes Económicos e Sociais», o que decorre da apresentação da circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses, número cento e quarenta barra dois mil e oito AG, datada de vinte e oito do findo mês de Novembro, a qual se passa a transcrever: “Os municípios portugueses estão conscientes das actuais dificuldades que o País atravessa. Como tal, estão presentes, na linha da frente, na promoção ou acompanhamento de iniciativas que minimizem os efeitos dramáticos que a actual crise está a provocar na sociedade portuguesa. -----

A crise económica faz com que centenas de pessoas peçam auxílio às autarquias. Pedidos de emprego ou ajuda para pagar as contas são alguns dos exemplos recorrentes em inúmeros municípios. -----

No espírito da Lei n.º 159/99, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, sobressai o princípio da subsidiariedade, segundo o qual devem as diversas atribuições e competências ser exercidas pelo nível da administração melhor colocado para as prosseguir, atendendo a factores como a proximidade aos cidadãos. Se ainda subsistissem dúvidas, o presente contexto socioeconómico veio confirmar que são os municípios o verdadeiro “porto de abrigo” para as respectivas populações, encontrando-se assim em melhor posição para compreender e responder às necessidades dos seus habitantes. -----

Avulta, portanto, a urgência de se acelerar o processo de transferência de competências para as autarquias em domínios como a acção social ou a promoção do desenvolvimento, com vista a dotar os municípios dos recursos necessários ao fomento de políticas locais de apoio às famílias mais desfavorecidas e de incentivo à criação de emprego. -----

Face ao exposto, o Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses sugere aos municípios que promovam contactos com os diversos agentes económicos e sociais locais, para levantamento da sua situação e das dificuldades que estão a viver, tendo em vista solicitar ao Governo a implementação de possíveis medidas integradas de desenvolvimento local sustentável, que ajudem a ultrapassar aquelas dificuldades, em concertação com aqueles agentes.” -----

----- Face ao exposto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este processo foi remetido à Assembleia Municipal para que a mesma tomasse conhecimento do seu conteúdo, sendo que, à posteriori, caso se venha a verificar a necessidade de particularizar a questão, de imediato, proceder-se-á às diligências necessárias para a respectiva análise. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.19 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se registando qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas dezanove horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO